



Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 01/03/2019



Sistema online impulsiona gestão de dados sobre biodiversidade no Brasil

O Brasil está no topo da lista dos 18 países mais diversos do mundo. Abriga entre 15% e 20% da diversidade biológica global, com mais de 120 mil espécies de invertebrados, cerca de 9 mil vertebrados e mais de 4 mil espécies de plantas. Com isso, surge um enorme potencial para impulsionar o crescimento econômico e a inclusão social, mas também uma enorme responsabilidade.

Com o apoio da ONU Meio Ambiente e do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), uma iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações tem trabalhado para criar uma ferramenta abrangente para compilar dados e informações sobre a biodiversidade nacional.

O Brasil está no topo da lista dos 18 países mais diversos do mundo. Abriga entre 15% e 20% da diversidade biológica global, com mais de 120 mil espécies de invertebrados, cerca de 9 mil vertebrados e mais de 4 mil espécies de plantas. Com isso, surge um enorme potencial para impulsionar o crescimento econômico e a inclusão social, mas também uma enorme responsabilidade.

O uso sustentável de recursos naturais é fundamental para as gerações presentes e futuras do país. Mas para fazer isso enquanto monitora a perda de biodiversidade e os esforços de conservação, é crucial primeiramente entender os recursos brasileiros.

Com uma média de 700 novas espécies de animais descobertas todos os anos no Brasil, armazenar todas as informações de maneira utilizável é um enorme desafio, especialmente considerando o vasto tamanho do país e o número de diferentes instituições envolvidas na pesquisa da biodiversidade.

“Quando a informação está espalhada em diferentes instituições, é mais difícil encontrá-la, julgar a qualidade dos dados e entender como ela pode ser usada. Além disso, o tempo necessário para compilar os dados pode tornar seu uso ineficiente, como é o caso das políticas públicas”, explicou Andréa Nunes, coordenadora geral de biomas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e diretora nacional do Projeto Sistema de Informação sobre Biodiversidade.

Nunes destacou, por exemplo, o caso do mapa de áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade, uma ferramenta de política pública para apoiar os processos participativos de tomada de decisão, como a criação de áreas protegidas. “O desenvolvimento deste mapa pode levar dois anos, por isso, ele só é atualizado a cada quatro ou cinco anos, o que é muito tempo quando pensamos em termos de dinâmica do território e mudanças no uso da terra”.

Mas, com o apoio da ONU Meio Ambiente e do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), uma iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações tem trabalhado para mudar esse cenário, criando uma ferramenta mais abrangente sobre a biodiversidade nacional.

O Sistema Brasileiro de Informação sobre Biodiversidade reúne atualmente dados e informações de mais de 230 instituições, de universidades a centros de pesquisa, museus, órgãos estaduais, jardins botânicos e zoológicos.

Operacional desde novembro de 2014, o sistema visa apoiar a ciência, a política pública e a tomada de decisões relacionadas à conservação ambiental e ao uso sustentável dos recursos naturais. Isso é alcançado incentivando e facilitando a digitalização e a publicação online, integrando dados e informações de acesso aberto sobre a biodiversidade brasileira.

Para os pesquisadores, o sistema é um ativo inestimável. Por exemplo, um cientista pesquisando uma espécie em extinção — como o lobo-guará — pode agora encontrar informações abrangentes sobre a espécie, bem como divulgar seu próprio trabalho para um público mais amplo de colegas pesquisadores em todo o mundo.

Mas o sistema também tem outros usos práticos. Os agricultores podem usar a plataforma para ajudar a calcular os créditos de compensação ambiental ou para decidir sobre quais espécies devem priorizar os esforços de restauração — como a flora em extinção, ou plantas que fornecem abrigo e alimento para espécies ameaçadas da vida selvagem na região. Finalmente, qualquer usuário pode contribuir com o sistema enviando fotografias, documentação e informações sobre a biodiversidade por meio do programa Ciência Cidadã.

“A implementação do Sistema Brasileiro de Informação sobre Biodiversidade é um passo importante para a disseminação de dados biológicos no país, tanto para pesquisa acadêmica quanto para a gestão ambiental”, afirmou Denise Hamú, representante da ONU Meio Ambiente no Brasil. “Estamos convencidos de que o sistema é cada vez mais relevante para ampliar o conhecimento sobre a biodiversidade brasileira e a conservação da natureza.”

O banco de dados do sistema já conta com mais de 15 milhões de registros sobre a ocorrência de espécies brasileiras publicadas pelas principais instituições de pesquisa do país, como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e o Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (USP), além de dados obtidos em parcerias com herbários na Europa e nos Estados Unidos.

Parte dessa informação apoiou a criação de uma ferramenta chamada Biodiversidade e Nutrição, que fornece um banco de dados sobre a composição nutricional de espécies brasileiras nativas e ingredientes relacionados a receitas.

Em novembro de 2018, o Sistema Brasileiro de Informação sobre Biodiversidade foi convertido de um projeto do GEF para um banco de dados do governo brasileiro, tornando-se a referência oficial do Relatório Nacional Brasileiro à Convenção sobre Diversidade Biológica e para medir as conquistas das Metas de Aichi pela biodiversidade.

O Sistema Brasileiro de Informação sobre Biodiversidade também atua como o nó nacional da Global Biodiversity Information Facility, uma rede internacional e infraestrutura de pesquisa que oferece acesso livre e aberto a dados sobre biodiversidade de mais de 1,3 mil instituições em todo o mundo. Ao publicar seus dados no Sistema Brasileiro de Informação sobre Biodiversidade, os pesquisadores também decidem se os dados devem ser disponibilizados na rede global.

Nos próximos meses, o sistema continuará expandindo seu banco de dados, completará a migração para uma nova plataforma, melhorará o modo como utiliza dados e fortalecerá a nova governança estabelecida no ano passado por lei.

FONTE: <https://www.unenvironment.org/news-and-stories/story/megadiverse-brazil-giving-biodiversity-online-boost>



Coerência e reforço mútuo entre o Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030 e os acordos internacionais de desenvolvimento e ação climática

Esta nota fornece medidas e oportunidades para promover a coerência e o reforço mútuo da redução do risco de desastres nos acordos internacionais e sua implementação, conforme previsto pelo Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres.

O Quadro reconhece especificamente a oportunidade única de aumentar a coerência entre as políticas, instituições, metas, indicadores e sistemas de medição para implementação e procura assegurar ligações confiáveis, conforme apropriado, entre esses processos. O Marco de Sendai apela ainda para a coerência no desenvolvimento,

fortalecimento e implementação de políticas, planos, práticas e mecanismos relevantes. Enquanto os governos e parceiros já estão trabalhando para a implementação do Marco de Sendai nacional e subnacionalmente, considerações contínuas em outras agendas internacionais apresentam oportunidades imediatas para implementar o Marco de Sendai na formulação de mecanismos internacionais.

A nota vê oportunidades em i) estabelecer reconhecimento político para coerência e reforço mútuo em acordos internacionais, ii) ligar mecanismos para monitorizar e reportar metas e indicadores relacionados, e iii) promover cooperação na implementação.

FONTE: https://www.preventionweb.net/files/45001_unisdrcoherenceandmutualreinforce.pdf



Australian Government
Department of Foreign Affairs and Trade

Construindo sobre sistemas governamentais para preparação e resposta a choques: o papel dos dados de assistência social e sistemas de informação

Este documento baseia-se em uma nota informativa anterior sobre os “Fatores que afetam a utilidade de bancos de dados de proteção social existentes na preparação e resposta a desastres” (Barca e O'Brien, 2017) - co-financiados pelo Departamento de Relações Exteriores e Comércio da Austrália (DFAT) e DFID. Ele se propõe a documentar ainda mais as experiências dos países até o momento, aproveitando os dados existentes de proteção social e os sistemas de informação antes, durante e depois de um choque.

Dada a amplitude potencial deste tópico, o documento limita o escopo de análise de várias maneiras. Em primeiro lugar, concentra-se na assistência social e não no seguro social - embora reconheça que o seguro social também pode desempenhar um papel importante em resposta a choques. Em segundo lugar, centra-se inteiramente nos dados de assistência social em agregados familiares e indivíduos, não no conjunto mais amplo de dados que também poderiam desempenhar um papel no que diz respeito a melhor planejamento e resposta a choques (por exemplo, dados financeiros, recursos humanos, etc.). Em terceiro lugar, dá destaque à análise do potencial dos dados existentes para expansões verticais e horizontais, e para piggybacking - principalmente como estes são mais discutidos na literatura. Esta escolha determinou um foco no papel dos dados existentes para identificar os beneficiários e entregar benefícios a eles,

Este artigo está organizado da seguinte maneira. A seção 2 começa fornecendo algumas definições e contexto sobre dados de assistência social e sistemas de informação. A Seção 3 oferece uma estrutura para diagnosticar qualquer sistema existente com base em seis dimensões complementares de “qualidade de dados” que aumentam ou limitam seus usos potenciais em contextos de emergência. A Seção 4 analisa as experiências

globais ao longo do ciclo de resposta, concentrando-se no potencial de alavancar dados existentes, sistemas de informação e capacidade. A Seção 5 analisa os possíveis benefícios, riscos e trade-offs do uso de dados e sistemas de informação pré-posicionados versus “começando do zero”. A seção 6 oferece algumas conclusões abrangentes e recomendações amplas.

FONTE: <https://dfat.gov.au/about-us/publications/Documents/building-government-systems-for-shock-preparedness-and-response.pdf>



A exposição da Califórnia a perigos vulcânicos

Este relatório, elaborado em colaboração com o Escritório de Serviços de Emergência do Governador da Califórnia e o Serviço Geológico da Califórnia, fornece uma ampla perspectiva sobre a exposição do estado a perigos vulcânicos integrando informações de risco vulcânico com dados geoespaciais sobre populações em risco, infraestrutura e Recursos. Esta informação destina-se a fazer análises de vulnerabilidades específicas do local e do setor e preparar planos de mitigação e resposta a riscos.

O potencial para terremotos, deslizamentos de terra, inundações, tsunamis e incêndios florestais prejudiciais é amplamente reconhecido na Califórnia. O mesmo não pode ser dito das erupções vulcânicas, apesar do fato de ocorrerem no estado tão frequentemente quanto os maiores terremotos na Falha de San Andreas. Pelo menos dez erupções ocorreram nos últimos mil anos, e futuras erupções vulcânicas são inevitáveis.

A avaliação de ameaça vulcânica nacional do US Geological Survey (USGS) identifica oito áreas vulcânicas jovens na Califórnia como ameaça moderada, alta ou muito alta. Das oito áreas vulcânicas existentes na Califórnia, as rochas fundidas residem abaixo de pelo menos sete delas: o vulcão Medicine Lake, o monte Shasta, o centro vulcânico Lassen, o campo vulcânico Clear Lake, a região vulcânica Long Valley, o campo vulcânico Coso e Salton Buttes. e são, portanto, considerados vulcões “ativos” que produzem terremotos vulcânicos, emissões de gases tóxicos, fontes termais, sistemas geotérmicos e (ou) movimento do solo.

FONTE: <https://pubs.usgs.gov/sir/2018/5159/sir20185159.pdf>



Alinhamento para avançar no desenvolvimento resiliente ao clima

Este é o primeiro de uma série de resumos focados no alinhamento dos esforços nacionais no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, do Acordo

de Paris e do Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres. Este resumo inicial fornece uma introdução ao conceito de alinhamento no que se refere a esses processos de políticas.

FONTE: <http://napglobalnetwork.org/wp-content/uploads/2018/08/napgn-en-2018-alignment-to-advance-climate-resilient-development-overview-brief.pdf>



Manual de referência de gestão de desastres de Papua Nova Guiné

A série de manuais de referência para gerenciamento de desastres destina-se a fornecer aos tomadores de decisões, planejadores, profissionais de resposta e gerenciamento de desastres uma visão geral da estrutura, políticas, leis e planos de gerenciamento de desastres para cada país coberto na série. Ameaças naturais e antrópicas com maior probabilidade de afetar o país são discutidas.

Os manuais também fornecem informações básicas sobre o país, incluindo dados culturais, demográficos, geográficos, de infraestrutura e outros dados relevantes. Condições como pobreza, água e saneamento, grupos vulneráveis e outras questões humanitárias estão incluídas. Uma visão geral básica da situação de saúde no país e vigilância de doenças também é coberta. Os manuais incluem informações sobre as principais entidades nacionais envolvidas na gestão de desastres, resposta e preparação para desastres, e o papel das forças militares no alívio de desastres. Também são fornecidas informações sobre agências das Nações Unidas, ONGs e principais agências e programas dos EUA no país.

FONTE: https://www.preventionweb.net/files/63867_63867disastermgmtrefhdbkpng.pdf

EVENTOS



DEFESA CIVIL DE MARICÁ REALIZA ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA O CURSO DE ANÁLISE DE RISCO GEOLÓGICO EM AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

A Secretaria de Proteção e Defesa Civil, em parceria com o Serviço Geológico do Brasil - CPRM, realizará o Curso de Análise de Risco Geológico em Ações de Proteção e Defesa

Civil, voltado especificamente para profissionais que atuam nas áreas técnica e operacional dos órgãos de proteção e defesa civil de todo o Brasil e nas ações de redução do risco de desastres geológicos locais.

O curso tem por objetivo transmitir conceitos, critérios e metodologias relacionadas ao diagnóstico, mapeamento e planejamento de intervenções, visando à prevenção de desastres socioambientais, relacionados à movimentação de massa (deslizamentos, queda de blocos e lascas, rolamentos, corrida de detritos, entre outros).

Os principais resultados são: a melhoria dos sistemas de avaliação e mapeamento de riscos, previsão e alerta e também o planejamento urbano na atuação de gestão do risco de desastres.

Para efetuar as inscrições, os candidatos deverão estar vinculados aos órgãos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), conforme art. 10 da Lei Federal nº 12.608/2012.

Dentre os temas abordados no curso, podemos citar: Programa de prevenção e erradicação de riscos em assentamentos precários; Introdução ao Gerenciamento de áreas de risco geológico; Conceitos básicos de risco e de áreas de risco; Identificação, análise e mapeamento de áreas de risco de escorregamentos: tipologia, cenários, indicadores e critérios; Roteiro metodológico para análise de risco e mapeamento de áreas de risco em setores de encosta e de baixada; Identificação, análise e mapeamento de áreas de risco de alagamentos e inundações; Gerenciamento de áreas de risco; Apresentação das ações municipais e outros órgãos, além de outros temas relevantes.

PERÍODO DE PRÉ-INScrição: DE 26 DE FEVEREIRO À 15 DE MARÇO DE 2019

CONFIRMAÇÃO DOS SELECIONADOS: 19 DE MARÇO DE 2019

VAGAS DISPONIBILIZADAS: 40 VAGAS

PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO CURSO: 09 À 12 DE ABRIL DE 2019

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MARICÁ – Endereço: Rua Álvares de Castro 538, Centro, Maricá – RJ.

PONTO DE REFERÊNCIA: EM FRENTE AO PRÉDIO DOS SERVIÇOS INTEGRADOS MUNICIPAL (SIM)

PARA REALIZAR A INSCRIÇÃO, O CANDIDATO DEVERÁ:

- 1- **ACESSAR O LINK:** <http://bit.ly/DefesaCivilMarica>
- 2- **PREENCHER O FORMULARIO DO CURSO;**

Caso haja dúvidas, entrar em contato com a coordenação do curso, através do seguinte e-mail: cursosdcmarica@gmail.com

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>